

Equatorial Engenharia e Construções S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

Equatorial Engenharia e Construções S.A.

Demonstrações contábeis

Índice

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	7

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	8
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.....	9
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
6	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	15
7	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO A RECUPERAR	15
8	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES	15
9	PARTES RELACIONADAS	16
10	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
11	CUSTO DOS SERVIÇOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	17
12	RESULTADO FINANCEIRO.....	17
13	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	18

Equatorial Engenharia e Construção S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)



Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11	52
Aplicações financeiras	5	439	503
Impostos e contribuições a recuperar	6	128	130
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	7	492	461
Total do ativo circulante		1.070	1.146
Total do ativo		1.070	1.146

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Dividendos a pagar	9.3	11	128
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		217	207
Total do passivo circulante		228	335
Patrimônio líquido			
Capital social	9.1	50	50
Reserva de lucros	9.2	792	761
Total do patrimônio líquido		842	811
Total do passivo e patrimônio líquido		1.070	1.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Engenharia e Construção S.A.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida		-	645
Custo dos serviços prestados	11	-	(14)
Lucro bruto		-	631
Despesas gerais e administrativas	11	(4)	(5)
Total de despesas operacionais		(4)	(5)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		(4)	626
Receitas financeiras		69	107
Despesas financeiras		(10)	(5)
Resultado financeiro	12	59	102
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		55	728
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8	(13)	(216)
Impostos sobre o lucro		(13)	(216)
Lucro líquido do exercício		42	512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Engenharia e Construção S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	42	512
Total de resultados abrangentes	42	512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Engenharia e Construção S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)



	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido	
		Capital social	Reserva legal	Reserva para investimentos e expansão			Reserva de dividendos adicionais
Saldos em 31 de dezembro de 2023		50	10	367	715	-	1.142
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(128)	(128)
Dividendos adicionais de 2024 distribuídos		-	-	-	(715)	-	(715)
Constituição de reserva de investimentos e expansão		-	-	384	-	(384)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	512	512
Saldos em 31 de dezembro de 2024		50	10	751	-	-	811
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(11)	(11)
Dividendos adicionais de 2025 distribuídos		-	-	-	31	(31)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	42	42
Saldos em 31 de dezembro de 2025		50	10	751	31	-	842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Engenharia e Construção S.A.
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	42	512
Ajuste para:		
Rendimentos de aplicações financeiras	(72)	(112)
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	13	216
Subtotal	(17)	616
Variações em:		
Impostos e contribuições a recuperar	2	1
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(31)	7
Impostos e contribuições a recolher	-	(6)
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	3.661	3.451
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	-	(29)
Subtotal	3.632	3424
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.664)	(3.664)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(49)	376
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicação financeira	136	624
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	136	624
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos	(128)	(953)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(128)	(953)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(41)	47
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	52	5
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11	52
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(41)	47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A Equatorial Engenharia e Construções S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de maio de 2021, com sede na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, cuja controladora é a Equatorial Serviços S.A. A Companhia tem como objetivos fornecer serviços de engenharia, representação comercial, construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, comercialização de material elétrico e hidráulico, atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos e administração de obras.

1.1 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 traz maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas	Descrição
Instrumentos financeiros	nº 3.32 e 10	Determinação se a Companhia detém o controle sobre uma investida; Julgamento de definição do método e das premissas de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aqueles importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3. – Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes.

3.1 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente.

A receita operacional da Companhia é composta por:

- (i) prestação de serviços de administração de obras e serviços de construção para terceiros e partes relacionadas mediante contrato empreitada global, taxa de administração e gerenciamento de obras. Essas receitas são registradas conforme os serviços são executados, por regime de competência.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 Imposto de renda e contribuição social

3.3.1 Imposto de renda e contribuições sociais correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

3.4 Capital social

3.4.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.5 Distribuição de dividendos

A Companhia reconhece dividendos no passivo circulante quando a distribuição é obrigatória por estatuto ou lei, ou quando aprovada pelos acionistas, em conformidade com o CPC 25 e a ICPC 08 (R1). O estatuto social estabelece a distribuição mínima obrigatória de 25% do lucro líquido anual, cabendo à Administração deliberar sobre dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio. Dividendos adicionais propostos antes da data do balanço permanecem no patrimônio líquido, enquanto propostas após essa data são divulgadas como eventos subsequentes, nos termos da legislação societária vigente.

3.6 Instrumentos financeiros

3.6.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.6.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa

de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato)

acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.6.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.6.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.7.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificaram impactos significativos em suas demonstrações contábeis e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.7.2 Normas emitidas com vigência a partir de 01 de janeiro 2026:

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 e CPC 40 (R1): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02: Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis – Volume 11	Em julho de 2024, o IASB publicou alterações pontuais para manutenção das Normas IFRS, trazendo ajustes para maior clareza, consistência e simplificação. As mudanças afetam o CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) (e sua orientação), CPC 48, CPC 36 (R3) e CPC 03 (R2), com reflexos futuros nos pronunciamentos técnicos do CPC. Não se espera impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.	01/01/2026
CPC 51: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51 substituirá o CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento) Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis.	01/01/2027

A Companhia avaliou as emendas e normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

Equatorial Engenharia e Construções S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	11	52
Total	11	52

5 Aplicações financeiras

	2025	2024
Circulante		
Aplicações Financeiras		
Fundos de investimentos		
Cotas de fundos de investimentos	439	503
Total circulante	439	503
Total aplicações financeiras	439	503

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 101,62% do CDI (98,46% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6 Impostos e contribuições a recuperar

	2025	2024
Circulante		
PIS e COFINS	26	28
INSS	102	102
Total circulante	128	130

7 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	2025	2024
Circulante		
IRPJ/CSLL retido na fonte	23	23
IRRF sobre aplicação financeira	28	21
Antecipação de IRPJ/CSLL	357	333
IRPJ/CSLL a restituir	84	84
Total circulante	492	461

8 Imposto de renda e contribuição social correntes

8.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada conforme a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) contábil antes do IRPJ e da CSLL	55	55	728	728
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	14	5	182	66
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	(5)	(1)	(30)	(2)
IRPJ e CSLL correntes/diferido	(5)	(1)	(30)	(2)
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado do exercício	(9)	(4)	(152)	(64)
Alíquota efetiva	16%	7%	21%	9%

Equatorial Engenharia e Construções S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



9 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, referente aos dividendos com a empresa abaixo:

Empresa		2025 Ativo (passivo)	2024 Ativo (passivo)
Dividendos a pagar – nota explicativa nº 11	Nota		
Controladora direta			
Equatorial Serviços S.A.	(a)	(11)	(128)
Total		(11)	(128)

(a) Refere-se a dividendos para distribuição em 31 de dezembro de 2025, conforme explicado na nota explicativa nº 10.3 – Dividendos a pagar.

9.1 Remuneração de pessoal-chave da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o pessoal-chave da Administração conta com 05 membros na Diretoria Executiva.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

10 Patrimônio líquido

10.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia subscrito era de R\$ 500, e o integralizado era de R\$ 50 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o capital está representado por 500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Serviços S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. Não houve movimentação das ações com relação ao ano anterior.

10.2 Reserva de lucros

	Nota	2025	2024
Reserva legal	(a)	10	10
Reserva para investimento e expansão	(b)	751	751
Reserva de dividendos adicionais	(c)	31	-
Total		792	761

- (b) É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva legal da Companhia era de R\$ 10 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2024);
- (c) Essa reserva estatutária destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada reforço de capital de giro Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva era de R\$ 751 (R\$ 751 em 31 de dezembro de 2024); e
- (d) Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva era de R\$ 31 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

Equatorial Engenharia e Construções S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



10.3 Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	42	512
Dividendos mínimos:		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	11	128
Total dividendos	11	128

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	238
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	128
Dividendos adicionais de 2023	715
Pagamento de dividendos no exercício	(953)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	128
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025	11
Dividendos adicionais de 2024	-
Pagamento de dividendos no exercício	(128)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	11

11 Custo dos serviços e despesas administrativas

	2025		2024	
	Custo dos serviços (a)	Despesas administrativas	Custo dos serviços	Despesas administrativas
Pessoal	-	-	(8)	(2)
Material	-	-	(6)	-
Serviços de terceiros	-	(1)	-	(1)
Outros	-	(3)	-	(2)
Total	-	(4)	(14)	(5)

(a) Redução do saldo é referente à finalização das obras, a variação no saldo ocorreu em decorrência do encerramento dos contratos.

12 Resultado Financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	72	112
PIS/COFINS sobre receita financeira	(3)	(5)
Total de receitas financeiras	69	107
Despesas financeiras		
Juros e multas	(3)	(3)
Outras despesas financeiras	(7)	(2)
Total de despesas financeiras	(10)	(5)
Resultado financeiro	59	102

13 Instrumentos financeiros

13.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

13.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	11	11	52	52
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	439	439	503	503
Total do ativo			450	450	555	555

13.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobranças enviadas para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com a legislação e regulamentações específicas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não apresentou saldos de contas a receber, todos os recebimentos referentes aos serviços prestados ocorreram dentro do exercício.

Equatorial Engenharia e Construções S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



(i) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial (R\$ Mil)					
		Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	439	500	515	530	485	470
Impacto líquido no resultado do exercício total				15	30	(15)	(30)
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa em 2025	Taxa projetada	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		14,32%	13,82%	17,28%	20,73%	10,37%	6,91%

13.4 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e, também, o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

Diretoria Executiva

Nierbeth Costa Brito
Diretor-Presidente

José Silva Sobral Neto
Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Henderson Hovay
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA 011842-O-3 S-MA